

Teve fôlego curtíssimo o esforço concentrado que o Congresso Nacional iria realizar neste final de julho para votar o Orçamento da União para o presente exercício, um enxame de medidas provisórias, inclusive a de nº 542, que instituiu o real, além de diversos projetos em pauta. Ontem, a concentração, se não acabou, foi novamente adiada. Depois de dois cansativos dias de deliberação, os líderes partidários decidiram convocar um novo esforço concentrado para os dias 29 a 31 de agosto.

Alegam alguns parlamentares que isso ocorreu em face do desinteresse do próprio governo, que pode reeditar a MP 542 quantas vezes quiser, não desejando colocar qualquer de seus dispositivos em causa neste momento. Outros se queixam de que a revisão constitucional, o maior fiasco da história parlamentar brasileira nos últimos tempos, acabou "atrapalhando" os trabalhos das duas Casas do Congresso.

Pura balela. É difícil acreditar que o governo esteja favorecendo a protelação da votação da MP do real, o que só concorreria para minar, ao longo do tempo, o clima de confiança agora existente. Quanto mais cedo a MP for convertida em lei, mais será fortaleci-

Congresso sem pernas

da a fase 3 do programa de estabilização, não só sob o ponto de vista psicológico mas também da prática administrativa.

Não é por causa do Executivo que as coisas no Legislativo não andam. Os atuais parlamentares, que nunca mostraram disposição para trabalhar, senão debaixo dos holofotes da TV, não iriam encher-se de repente de ânimo para o exercício de suas funções, estando tão próximas as eleições de outubro, que monopolizam suas atenções.

Culpar a revisão constitucional por estorvar os trabalhos da presente legislatura é simplesmente mentir. Como sabem todos os que acompanharam o que acabou não passando de uma encenação, quase nada se resolveu durante aquele período simplesmente por não haver quorum em múltiplas sessões. O Congresso, por omissão, fez a revisão naufragar e não faltam deputados e senadores que se vangloriem justamente disso.

Quanto ao Orçamento Geral da União (OGU), a votação não pode ser agora, como admite o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), porque os relatórios setoriais das subcomissões não estão prontos e o relatório final só pode ser concluído em agosto. Dada a displicência dos representantes do povo, é altamente duvidoso que o OGU vá a votação em agosto ou setembro, e não será surpresa que o País afinal termine o ano sem lei orçamentária alguma, ou que a próxima legislatura, em 1995, aprove uma lei de meios para o ano que passou.

Sem cinismo, isso pode até ser uma vantagem para o País. A proposta orçamentária é sempre travancada pela plethora de emendas que os parlamentares apresentam a ela, e que se contam, a cada ano, às dezenas de milhares. Lembre-se de que, depois dos escândalos revelados pela CPI do Orçamento, parlamentares bem-intencionados propuseram

uma limitação para o número de emendas por deputado ou senador e que se proibisse a distribuição de verbas entre instituições ditas assistenciais ou beneficentes.

A idéia não prosperou — e não podia mesmo prosperar. Como agora se vê, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), candidato à vice-presidência da República pelo PT, passou a ser um ardoroso defensor do direito a emendas dadas, para dizer o mínimo, ao se descobrir ser ele autor de quatro delas, que valorizariam uma região em que tem uma propriedade em Minas, longe, muito longe de seus pagos.

O senador deblatera e investe contra jornalistas e meios de comunicação, contra os quais promete mover nada menos de 150 ações criminais. Deblaterar é tudo o que pode fazer o atual Congresso, com as ressalvas de praxe a alguns de seus membros.

Como certas seleções que disputaram a Copa do Mundo, o Parlamento brasileiro perdeu as pernas nesta fase do jogo. E o destino da maioria dos deputados e senadores será o de voltar para suas casas. Até os cegos vêem que é preciso mudar esse time.